



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM SUL - DRRR nº. 103/2021

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2021.

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM SUL - DRRR nº. 103/2021				
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 36880282				
PA COPAM Nº: 4770/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento		
EMPREENDEDOR:	MINERAÇÃO VITÓRIA EIRELI	CNPJ:	02.967.569/0001-56	
EMPREENDIMENTO:	MINERAÇÃO VITÓRIA EIRELI	CNPJ:	02.967.569/0001-56	
MUNICÍPIO(S):	Cabo Verde	ZONA:	Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM):	LAT/Y: 21°33'26.99"		LONG/X: 46°22'05.80"	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional				
CÓDIGO:	PARAMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-06-2	Produção Bruta	Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento		0
CÓDIGO	PARAMETRO:	DEMAIS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	2	
A-05-04-6	Área útil	Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos		
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:		

Nilson Oliveira - Engº de Minas	ART: MG20210513613 CREA:MG 39499	
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA
Graciane Angélica da Silva -Gestora Ambiental	1.286.547-3	
De acordo: Renata Fabiane Alves Dutra Diretora Regional de Regularização Ambiental	1.372.419-0	



Documento assinado eletronicamente por **Graciane Angelica da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 20/10/2021, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Fabiane Alves Dutra, Diretor(a)**, em 20/10/2021, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36876712** e o código CRC **013A5376**.



Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM SUL - DRRR nº. 103/2021

O empreendimento **Mineração Vitória Eireli**, CNPJ 02.967.569/0001-56, atua no ramo da mineração, exercendo suas atividades na zona rural do município de Cabo Verde - MG e, pretende operação em área adjacente, com referência as coordenadas geográficas: 21°33'26.99"/ 46°22'05.80".

Em 21/09/2021, foi formalizado na SUPRAM Sul de Minas, via Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, processo nº 4770/2021 para a atividade, segundo a DN 217/17, "**A-02-06-2 – Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento**" com Produção Bruta de 5.000 m³/ano, sendo porte **pequeno** e potencial poluidor/degradador geral **médio**; portanto, **classe 2**. Complementarmente, desenvolvem a atividade "**A-05-04-6 - Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos**", com área útil declarada de 1,0 ha e potencial poluidor/degradador geral **médio**; portanto, **classe 2**. Não há incidência do critério locacional.

Conforme artigo 20 da DN COPAM 217/2017, não é admitida para a atividade de "Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento" a modalidade LAS/Cadastro, justificando a adoção de procedimento de licenciamento ambiental simplificado instruído com Relatório Ambiental Simplificado – RAS.

Foi lavrado auto de infração nº 279252/2021 na data de 29/07/2021 por operar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a licença de operação, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental. O empreendimento foi embargado e suas atividades foram suspensas até sua regularização.

Os estudos apreciados neste parecer foram elaborados pelo engenheiro de minas Nilson Oliveira, sob ART nº MG20210505710, emitida em 01/09/2021. Foi apresentada Certidão de regularidade de atividade quanto ao uso e ocupação do solo municipal emitida pela prefeitura Municipal de Cabo Verde em 20/08/2021. O Cadastro de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal – CTF de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental foi apresentado para atividade operacional do empreendimento com registro 6658308, emitido em 19/08/2021. O CTF deverá estar com prazo vigente durante a operação do empreendimento.

Consta nos autos do processo Autorização da Mineração Tabaco Ltda-ME proprietária do imóvel denominado Fazenda Milho Vermelho (Pedreira) no município de Cabo Verde permitindo a Mineração Vitória Eireli desenvolver a atividade de mineração na propriedade.

Foi apresentado Termo de Responsabilidade/Compromisso de Averbação e Preservação de Reserva Legal – Processo SEI! nº 2100.01.0028933/2021-59, comprovando que a área de Reserva Legal do imóvel denominado Fazenda Milho Vermelho (Pedreira) com área de 13,82 ha foi relocada e compensada na Fazenda Cachoeira do Apertado município de Aiuruoca com área de 3,06 ha, não inferior a 20% da área total do imóvel.



Foi apresentado também Autorização para Intervenção Ambiental processo SEI! nº 2100.01.0051992/2020-15 para intervenção em APP sem supressão de vegetação em área de 0,15 ha para bacia de contenção de finos, nas coordenadas UTM Sirgas 2000, 23K X: 358.480 e Y: 7.615.440. Consta dentre as condicionantes da Autorização a recomposição da APP com espécies nativas, o cercamento e a revegetação dos taludes da bacia de contenção implantada na APP. A comprovação do cumprimento das condicionantes do documento autorizativo supracitado deverá ficar arquivada no empreendimento para fins de fiscalização.

Foi apresentado planta topográfica contendo o uso e ocupação do solo e poligonal minerária ANM 830.365/2006. A imagem abaixo ilustra a localização do empreendimento:

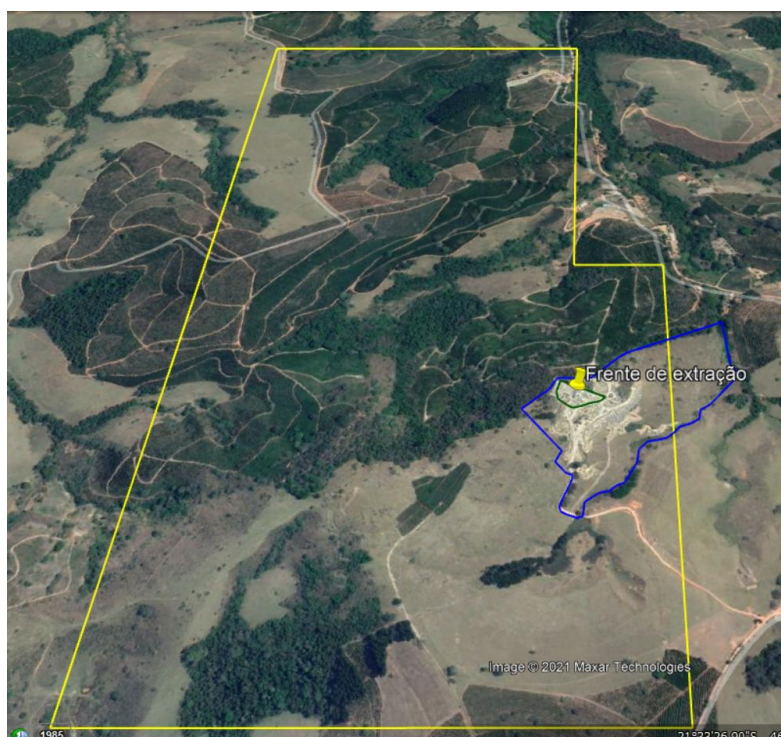


Figura 1 – Localização atual do empreendimento, limite da poligonal minerária de titularidade da Mineração Vitória Eireli.

Em consulta à plataforma IDE-SISEMA, verificou-se que apesar do empreendimento estar instalado em área de baixa potencialidade de ocorrência de cavidades, não há cadastradas cavidades na área do empreendimento e/ou em seu entorno imediato numa faixa de 250 m. Além disso, no RAS é informado que o empreendimento não se situa em áreas cársticas ou com feições cársticas (dolinas, uvalas, lapiás, sumidouros). Sendo assim, de acordo com a Instrução de Serviço SISEMA nº 08/2017, não é exigida a apresentação de estudos espeleológicos em função das informações fornecidas no RAS e devido o empreendimento não localizar-se em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades.

Cabe ressaltar que nas fases de instalação e operação se ocorrer a descoberta de cavidades naturais subterrâneas oclusas/ desconhecidas pelo empreendedor, a atividade deverá ser paralisada na área da cavidade e no raio de 250 m de seu entorno (área de influência inicial), comunicando o fato ao órgão ambiental competente.



A poligonal minerária possui 256,42 ha. A área total do empreendimento é de 13,82 ha, a área de lavra é de 4,130 ha, a área diretamente afetada é de 5,386 ha e área construída de 0,002 ha.

O empreendimento contará com 9 funcionários e o regime de operação é de 1 turno de 9 horas, 5 dias da semana e 12 meses do ano.

O empreendimento refere-se à extração de blocos de granito ornamental a céu aberto com a finalidade de exportação (blocos padronizados em qualidade e dimensões), e também para consumo no mercado interno (blocos produzidos que não se enquadrem nos padrões de exportação) destinados à serragem e posteriormente cortados para pisos, pias, consoles, balcões etc., para revestimentos usados na construção civil.

A lavra é executada com a formação de bancadas sucessivas descendentes e avanços frontal e lateral. O método baseia-se na individualização de uma grande prancha ou bancada e posterior subdivisões em paralelepípedos múltiplos de três ou em blocos comercializáveis, respeitando as dimensões mínimas de 2.60m X 1.20m X 1.20m e máximas 3.20m X 2.00m X 2.00m. A relação minério/estéril nas operações de lavra será de 40,0%/60,0%.

A delimitação e marcação das bancadas possuem medidas múltiplas de 3,0m. Os equipamentos "máquina de fio diamantado e compressor posicionam-se sobre a rocha no local da extração. Para o corte da rocha usa-se água para "resfriar e auxiliar no corte" quando do corte da bancada.

O trabalho é feito com auxílio de pá carregadeira de pneus e acabamento manual com pás e enxadas. O material retirado é empurrado para uma cota inferior, o mais próximo da área de trabalho, servindo para implantação da "praça de manobra/estocagem" dos blocos produzidos. O solo retirado juntamente com os fragmentos intemperizados existentes sobre a rocha, são depositados fora dos limites da rocha e o mais perto possível da parte útil que se deseja produzir os blocos, com finalidade de constituir a pilha de estéril e rejeitos.

Os blocos uma vez prontos e dispostos na praça, são então enumerados e marcados com o símbolo que identifique o comprador, e posteriormente transportados. O trabalho de manuseio dos mesmos na praça de trabalho é feito com a utilização da pá-carregadeira.

Não haverá oficina mecânica e nem unidade de abastecimento na área. O sistema de drenagem da área de apoio, da pilha de estéril e da área de lavra será do tipo enrocamento e canaletas em solo. As vias de acesso e praças de trabalho já se encontram abertas sendo necessária somente manutenção para colocá-las em condições operacionais.

Os equipamentos utilizados são um caminhão, uma pá carregadeira, uma escavadeira, duas perfuratriz, dois compressores, dois martelos e duas máquinas de fio diamantado.

Não há nenhuma regularização de intervenção ambiental neste parecer.

O empreendimento possui Certidão de Uso Insignificante de Recurso Hídrico processo nº 13503/2021, para captação de água em surgência (nascente), totalizando 6,0 m³/dia, nas coordenadas geográficas latitude 21° 33' 37,0"S e de longitude 46° 22' 6,0"W, para fins de extração mineral e consumo humano com validade até 30/03/2024. A Certidão de uso de recursos hídricos deverá estar vigente durante a operação do empreendimento.

Será utilizado no empreendimento banheiro químico e todo o efluente sanitário gerado pelos colaboradores será destinado a empresa especializada.

Toda manutenção das máquinas será feita em oficinas especializadas em Cabo Verde.



Haverá emissões de particulados proveniente da movimentação dos veículos e maquinário. A medida para mitigação prevista será a manutenção preventiva para operar dentro das especificações do fabricante.

Os resíduos sólidos gerados serão: estéril, restos alimentares e papéis, plásticos e vidros, todos Classe II. Ainda há previsão de restos de materiais contaminados por óleos, graxas e lubrificantes, que ficarão armazenados em barris em locais devidamente revestidos até que seja coletado por empresas terceirizadas. Os demais resíduos serão armazenados em tambores plástico e coletados pelo serviço público municipal de Cabo Verde. O estéril será empilhado, conforme informado no RAS seguindo Normas da ABNT NBR n.º 13029/17.

Os ruídos foram considerados pouco significativos, proveniente dos maquinários do corte dos blocos, na remoção do estéril, carregamento e circulação de veículos. Os colaboradores utilizarão equipamentos de segurança individual e haverá a manutenção preventiva de todos os equipamentos.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **Mineração Vitória Eireli** no município de Cabo Verde, pelo prazo de **10 anos**, vinculado ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental para as atividades **“A-02-06-2 – Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento”** e **“A-05-04-6 - Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos”**.



ANEXO I

Condicionantes para LAS/RAS do empreendimento Mineração Vitória Eireli

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II , demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental.
02	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a manutenção dos taludes da pilha, bem como do sistema de drenagem e das bacias de contenção de finos.	^[2] Anualmente Durante a vigência da Licença Ambiental

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

^[2] Enviar **anualmente**, à Supram Sul de Minas, **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, o relatório exigido no item 02.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Automonitoramento Mineração Vitória Eireli

1. Resíduos Sólidos e Rejeitos.

1.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, **semestralmente**, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

1.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, **semestralmente**, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração



Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

2. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Saída das bacias de decantação	Óleos e graxas minerais, sólidos sedimentáveis e sólidos em suspensão total	<u>Semestral</u>
Pontos no curso d'água a montante e a jusante do empreendimento	Óleos e graxas minerais, sólidos sedimentáveis e sólidos em suspensão total	<u>Semestral</u>

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram-SM até o dia 10 do mês subsequente ao aniversário da licença, os resultados das análises efetuadas.

O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa conforme **Deliberação Normativa nº 216/2017**, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo **INMETRO** ou na ausência delas no **Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA**, última edição.